



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Entrevista ao Jornalista
Paulo Henrique Amorim,
da Rede Globo de Televisão,
em 14 de Novembro de 1990

Jornalista: O senhor está na terra dos bancos credores mais intransigentes, o Japão. Agora há pouco, em Nova Iorque, os bancos credores disseram ao negociador brasileiro, o Embaixador Jório Dauster, que enquanto o Brasil não pagar 2,5 bilhões de dólares referentes a juros atrasados, os bancos não estudarão a proposta brasileira. Como é que se sai desta?

Presidente: Estamos em plena negociação, e toda negociação parte do princípio de que as duas partes envolvidas aceitem conversar sobre pontos de difícil concordância, como esse. De um lado, temos os bancos credores, que querem receber os juros atrasados; do outro, estamos nós, que queremos negociar os juros atrasados e também o principal da dívida. Por aproximações sucessivas, havendo esse interesse mútuo, não tenho a menor dúvida de que chegaremos a um denominador comum.

Dívida Externa

Jornalista: Mas existe alguma possibilidade de o Brasil pagar 2,5 bilhões de dólares de juros ainda este ano?

Presidente: Eu não poderia fazer essa afirmação de uma maneira tão peremptória, mas eu diria que o Brasil estuda a contraproposta que foi feita pelos bancos credores. Vamos ver até que ponto poderemos chegar nessa contraproposta que nos foi apresentada.

Jornalista: Mas a falta de um acordo para a dívida externa não está prejudicando a entrada de investimentos estrangeiros no Brasil? Por exemplo, o que falta fazer para que a Nissan e a Toyota decidam ir para o Brasil produzir automóveis?

Presidente: Quanto à questão do acordo da dívida nós não estamos atrasados em termos de negociação. Nós começamos efetivamente a negociar há cerca de 30 dias, enquanto negociações feitas por outros devedores levam seis, sete meses. Em relação à implantação de montadoras japonesas no Brasil, a questão vai depender, fundamentalmente, da existência de um mercado interno fortalecido, porque ninguém vai pegar o seu dinheiro e investir numa fábrica de automóveis — produto que necessita um padrão de renda elevado — num país que está com seu mercado interno enfraquecido, como o do Brasil, hoje. O que estamos fazendo, então, é tratar de fortalecer o mercado interno. Para isso precisamos de uma política de renda ajustada ao nosso modelo, ao padrão de crescimento que desejamos. A partir do fortalecimento do nosso mercado, sem dúvida alguma, o Brasil merecerá a atenção dos investidores japoneses na área automobilística.

Inflação

Jornalista: Presidente, tenho sentido, aqui de fora, que os executivos dos bancos credores passaram a se preocupar mais com

o problema da inflação, esses 14% registrados em outubro. O que o senhor vai fazer a curto prazo para enfrentar esse problema?

Presidente: Em primeiro lugar, não há razão para angústia, não há razão para se apavorar em relação a esses solavancos que a inflação vem dando em função, como todos nós sabemos, da crise no Golfo Pérsico, que fez com que o barril de petróleo saísse de 14 dólares, alcançasse 40, hoje se situando na casa dos 30. Essa flutuação se deu num período de poucos meses e nos pegou quando aplicávamos nosso programa de estabilização econômica. Nessa situação o grande erro que cometeríamos seria o de alterar nossa política econômica. Isso não faremos, nossa política não será modificada porque ela está correta; a política monetária está absolutamente adequada ao nosso programa, como indica o fato de a nossa base monetária ser, hoje, exatamente igual à de maio. Temos que ter um pouco mais de paciência; esses obstáculos, que Deus nos colocou talvez para colocar à prova nossa capacidade de resistência, vão ser superados com criatividade. Temos que continuar no caminho em que estamos; não tenho dúvida de que é o caminho correto.

Entendimento Nacional

Jornalista: O senhor está caminhando para um pacto social como no México, em que há preços e salários prefixados e congelados?

Presidente: O que nós temos que buscar é o entendimento nacional, idéia que lançamos há alguns meses. Precisamos fazer com que, nessa mesa do entendimento, cada um exponha seus problemas, sem acusações recíprocas, sem posições intransigentes. Temos que buscar o consenso, temos, em nome do Brasil, de chegar a uma política de consenso. É o momento de cada um de nós esquecer um pouco dos interesses corporativistas, dos interesses de grupos, de interesses pessoais, para pensarmos

um pouco mais no Brasil. O que está em jogo é o futuro dessa nossa extraordinária Nação; precisamos ser mais verde-e-amarelos, precisamos ter mais amor à nossa Pátria ao invés de somente amor ao bolso, como alguns têm.

Jornalista: Presidente, como diriam os colunistas sociais, agora no Brasil não se deve convidar mais para o mesmo almoço autoridades do Governo e líderes empresariais. Acontece que aqui, agora, no Japão, o senhor vai à Keidaren, que é a organização que reúne os principais empresários japoneses, é uma «super-FIESP», uma «mega-FIESP»; como é que se explica que o senhor tenha uma atitude no Brasil e outra aqui?

Presidente: Não é verdade, o Governo tem em relação aos empresários a mesma posição que tem em relação a qualquer outro setor de atividade no Brasil. Eu não sou o Presidente da República somente daqueles que me elegeram, eu sou o Presidente da República de 150 milhões de brasileiros. E nesse conjunto incluem-se os empresários, com os quais eu mantenho boas relações; agora, manter boas relações não é a mesma coisa que aceitar passivamente toda e qualquer crítica que nos seja feita. Em mim corre sangue, aqui dentro de mim há muita emoção, muito amor próprio, muita vontade de dar uma resposta pronta e clara aos ataques que nos são feitos. E isso, em nenhum instante, deve ser confundido com um incômodo, um empecilho nas relações do Presidente da República com quem quer que seja.

O Presidente da República, por ser um democrata e ter sido eleito depois de 30 anos em que não tivemos a oportunidade de escolher nosso Presidente, preza as instituições democráticas e o diálogo, mas preza, também, o respeito à autoridade. No momento em que esta autoridade esteja sob ameaça há uma reação forte, vigorosa, porque no Brasil de hoje existe um Presidente da República, um Presidente que não costuma oferecer a outra face, um Presidente que não aceita que lhe pisem no pé, um Presidente, enfim, que tem consciência da responsabilidade que lhe cabe nessa quadra particularmente difícil da vida nacional. Este mesmo Presidente tem os olhos voltados para o futuro da Nação, para aqueles desassistidos. Assim, eu tenho o

dever de levar adiante o programa de governo que foi aprovado pelas urnas; eu tenho o dever diante do povo brasileiro de lutar com todas as minhas forças para demonstrar que o caminho que escolhemos é o caminho acertado; eu tenho o dever de transformar o Brasil num país socialmente mais justo, mais fraterno e mais solidário. E é isso o que eu vou fazer.

Entrevista concedida ao jornalista Paulo Henrique Amorim, da Rede Globo de Televisão, por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, em Tóquio, Japão, no dia 14 de novembro de 1990.